



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

25/11/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Maioria dos reajustes salariais em outubro ficou acima da inflação

Em outubro, 67,8% dos reajustes salariais negociados ficaram acima da inflação, mostra o boletim Salariômetro - Mercado de Trabalho e Negociações Coletivas, divulgado mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Segundo a fundação, de 2021 para 2022 percebe-se um movimento de reajustes acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O reajuste mediano ficou em 8,1%, calculado a partir da análise de 283 instrumentos que tiveram correção. O piso mediano em outubro foi de R\$ 1.518. O INPC acumulado nos últimos 12 meses é de 7,2%.

O salariômetro mostra também que 16,6% das negociações garantiram reajuste igual ao INPC e 15,5% dos instrumentos analisados ficaram abaixo da inflação.

Entre os dados divulgados, a Fipe apresenta também uma prévia do salariômetro de novembro. A previsão é que o reajuste médio fique em 7,3%, sendo que 62,8% das negociações devem ficar acima do INPC.

Até o fechamento do boletim, foram reunidos 43 instrumentos para o cálculo da prévia. Nesse sentido, os resultados preliminares podem se alterar com outras informações agregadas. Para a data-base de outubro, a inflação deve ficar em 6,5%.
Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 25 de novembro.

Número de greves cresce 76% no primeiro semestre. Mais da metade por violação de direitos

Mais da metade das greves deflagradas no primeiro semestre (53%) envolvia descumprimento de direitos, como atraso no pagamento de salários, férias ou 13º, entre outros. Segundo o Dieese, que divulgou balanço dos movimentos na primeira metade do ano, os chamados itens de caráter defensivo, em defesa de direitos, estavam na pauta de 80% das 663 paralisações pesquisadas. Esse número (663) representa 76% de aumento em relação a igual período de 2021. Basicamente, pelo crescimento no setor público.

“Questões salariais como reajuste (48%) e pagamento do piso (31%) foram as mais frequentes”, informa o instituto. “Itens relacionados à alimentação (tíquetes, cestas básicas) vêm em seguida: estiveram presentes em 19% das greves. O pagamento de vencimentos em atraso (salários, férias, 13º) continua entre as principais reivindicações – com uma participação diminuída, no entanto (16%).”

Das 663 greves registradas de janeiro a junho, 438 (66%) foram de trabalhadores no setor público, sendo 412 no funcionalismo (62%) e 26 (4%), em estatais. As paralisações “de advertência” representaram 45% do total (setores público e privado), enquanto 53% foram por tempo indeterminado. Em 2% dos casos, não havia informação disponível.
Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 25 de novembro.

O que caracteriza e como denunciar assédio moral no trabalho

O assédio moral é uma conduta reiterada, prolongada e abusiva cometida contra os trabalhadores dentro do seu ambiente de trabalho que visam desestabilizar o indivíduo. Essas práticas podem causar desde um enfraquecimento da dignidade e da personalidade do sujeito que é vítima do assédio, como também evoluir para danos psíquicos e físicos.

Praticado tanto por superiores hierárquicos como também por colegas de trabalho, o assédio moral no trabalho é considerado crime desde a aprovação da Lei 4742/2001, em março de 2019. Além do mais, segundo a Constituição Federal a dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho devem ser preservados.

Com base nisso, desde que comprovado o assédio, os responsáveis podem pegar de um a dois anos de prisão mais o pagamento de multa. Quanto à vítima, o processo pode resultar, além do acolhimento, na rescisão do seu contrato de trabalho e em indenizações.

O assédio moral pode ser caracterizado por ações diretas ou indiretas, desde por exemplo, gritos, humilhações públicas e insultos até a propagação de boatos, fofocas e o isolamento do sujeito no local de trabalho. Atitudes como não levar em conta problemas de saúde do trabalhador, criticar a vida particular ou ainda contestar a todo o momento as suas decisões também se enquadram como assédio moral.
Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 25 de novembro.

Combustíveis voltam a subir, alimentos pressionam e IPCA-15 acelera alta a 0,53% em novembro

Os preços de combustíveis voltaram a subir e somaram-se à pressão de alimentos para levar o IPCA-15 a acelerar a alta em novembro, marcando o maior ritmo de avanço em cinco meses.

O avanço do IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15) passou a 0,53% em novembro, depois de alta de 0,16% no mês anterior, de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados nesta quinta-feira (24)

Essa é a taxa mensal mais elevada desde junho, quando o IPCA-15 avançou 0,69%.

Apesar da aceleração, o índice considerado prévia da inflação oficial registrou nos 12 meses até novembro alta de 6,17%, de 6,85% em outubro.

O resultado indica assim que Luiz Inácio Lula da Silva iniciará seu terceiro mandato como presidente, em 2023, com a inflação acima do teto da meta oficial para este ano —3,5%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos, medida pelo IPCA e já abandonada pelo Banco Central.

As expectativas em pesquisa da Reuters para o IPCA-15 de novembro eram de avanço de 0,56% na base mensal e de 6,21% em 12 meses.

A inflação retoma a trajetória de alta neste fim de ano depois de ter chegado a apresentar deflação graças a medidas do governo e à queda nos custos de combustíveis.

Em novembro os maiores impactos no IPCA-15 vieram das altas de 0,54% dos custos de Alimentação e bebidas e de 0,91% de Saúde e cuidados pessoais.

No caso de alimentação, o resultado foi influenciado pelo avanço de 0,60% nos alimentos para consumo no domicílio, com tomate (17,79%), cebola (13,79%) e batata-inglesa (8,99%) em destaque.

O aumento de 0,49% nos custos de Transportes, após queda de 0,64% em outubro, também ajudou a pressionar o resultado do IPCA-15. Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 25 de novembro.

Quebra de confiança no regime fiscal pode afetar estabilidade financeira, alerta BC

O Comef (Comitê de Estabilidade Financeira) do Banco Central alertou, em ata divulgada nesta quinta-feira (24), que o aumento de gastos públicos e a quebra de confiança no regime fiscal podem refletir na estabilidade financeira, embora o sistema continue se mostrando resiliente.

O aviso foi dado pela autoridade monetária em meio a propostas expansionistas do governo eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que negocia a aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição.

A medida é vista pelo partido como fundamental para garantir a execução de promessas eleitorais. O PT quer, ao menos, R\$ 175 bilhões fora do teto de gastos. Além do valor aprovado fora do teto, o rombo já previsto para o ano é de cerca de R\$ 63 bilhões, montante que terá que ser financiado pelo governo, a taxas de juros altas (as expectativas são de que a Selic, hoje em 13,75%, se mantenha nesse patamar ao menos até meados de 2023).

"O aumento de gastos públicos e a incerteza sobre a trajetória do endividamento podem elevar os prêmios de risco e as expectativas de inflação, com reflexos à estabilidade financeira através do aumento da volatilidade dos ativos, da piora da capacidade de pagamento dos agentes, e da deterioração da qualidade do fluxo de capitais", disse o BC no documento.

A autoridade monetária ressaltou o aumento da incerteza nas últimas semanas e seus desdobramentos. "O impacto mais severo continua sendo o observado no cenário de quebra de confiança no regime fiscal", afirmou.

No ambiente global, o colegiado destacou que os mercados financeiros internacionais têm mostrado maior sensibilidade às questões fiscais, "inclusive em países avançados", em referência implícita ao Reino Unido.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 25 de novembro.